

RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: UMA INVESTIGAÇÃO NA PRÁTICA DOCENTE

Patrícia Edíone da Silva – Graduada – edionne.jp@hotmail.com

Elvira Bezerra Pessoa: elvirabe@gmail.com

Adeilson Paulino de Barros – UEPB

1. Introdução

Apesar das transformações no currículo dos cursos de Pedagogia e do surgimento de vários estudos e debates acerca da questão de gênero e sexualidade infantil, ainda encontramos muitos (as) educadores (as) com dificuldades em lidar com esses temas. Dificuldades essas, decorrentes da falta de conhecimento mais reflexivo sobre as temáticas, da falta de interesse em buscar e analisar as informações teóricas a fim de melhorar a prática em sala de aula. Sabemos que as crianças são seres questionadores, possuindo várias maneiras de expressarem suas dúvidas, como através das brincadeiras, gestos, desenhos, entre outras. Com isso o/a professor (a) percebendo as manifestações das crianças deve buscar aprofundar seus conhecimentos relacionados aos temas em questão para que possa atuar de maneira significativa frente às curiosidades infantis. Segundo os PCN's, o tema sobre sexualidade deve ser abordado de maneira a fazer esclarecimentos sem que haja invasões de privacidade.

Sentindo a necessidade de buscar fazer existir uma abordagem mais relevante ligada as questões de gênero e sexualidade no meio escolar, procuramos compreender o que entendem e como os/as educadores (as) lidam com essas questões em sua prática docente. Diante disso, o presente artigo, fruto da pesquisa realizada para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Pedagogia pelo Departamento de Educação do Centro de Educação da UEPB. Tem como objetivo refletir sobre como está sendo abordado, em sala de aula, as relações de gênero e sexualidade infantil, em uma instituição privada do município de Remígio – PB. Procuramos de modo específico, observar o cotidiano na escola, intencionando analisar a relação professor (a) e alunos (as) sobre as questões de gênero e sexualidade na prática docente.

Buscamos envolver nesta pesquisa 3 educadoras sendo 2 (**O** e **P**) de uma turma da Educação Infantil – pré escola (Infantil V) com 30 crianças sendo 13 meninas e 17 meninos; e 1(**Q**) de uma turma do Ensino Fundamental (1º ano) com 25 crianças sendo 10 meninos e 15 meninas, incluídos (as) na faixa etária de 5 a 6 anos de idade. Com relação às docentes, duas estão cursando ensino superior, **P** em Letras- português com 10 meses de atuação em sala de

aula; **Q** possui formação no magistério, é graduanda em Pedagogia, tem 8 anos em sala de aula; e **O** graduada em Pedagogia, especialista em Psicopedagogia, tem 10 de sala de aula.

Alguns aspectos deste trabalho encontram-se respaldado teoricamente a luz de Kramer (1999), de documentos que norteiam o trabalho educacional na Educação Infantil, como os PCN's (2001) e o RCNEI (1998), e Souza e Carvalho (2003), os quais nos auxiliaram na análise dos dados obtidos, permitindo-nos constatar que as professoras não apresentam atitudes voltadas para gênero e sexualidade no cotidiano escolar, no fazer pedagógico, verificando nitidamente insegurança e tabus sobre o tema, deixando em algumas ocasiões ausência, por parte das educadoras, de alguns valores e conhecimentos em proporcionar para os/as alunos (as) respostas referentes a algumas indagações em sala de aula quando questionadas sobre o corpo.

2. Educação Infantil

De acordo com a Lei nº 9394/96, a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, tendo como objetivo desenvolver a criança de zero a seis anos de idade em todos os seus aspectos: físico, motor, psicológico, intelectual e social, partindo do ato de complementar a ação familiar. Desta forma consideramos que, o momento da infância nessa fase deve ser responsabilmente, planejado, respeitado e inovado. Para isso os/as profissionais da educação precisam estar capacitados, tendo em mente as funções básicas do seu trabalho nessa modalidade de ensino que é cuidar envolvendo o educar. Como nos traz Angotti (2006) um cuidar que resulte em educação e um ato de educar que cuida da criança, atendendo e respeitando as suas especificidades em um ambiente lúdico. Para isso é necessário que o/a professor (a) esteja aberto ao novo, se atualizando a fim de oportunizar, com inovação e criatividade, momentos de ludicidade para que as crianças possam expressarem suas emoções e sentimentos.

Conforme Kramer (1999) a criança da educação infantil traz consigo saberes, adquiridos no meio sócio-cultural onde vivem que devem ser compreendidos e respeitados. Através disto, o/a educador (a) precisa estar aberto para trabalhar com a diversidade de crianças que irá receber, atender as suas necessidades, beneficiar o desenvolvimento do/da infante de modo significativo. O/A docente precisa estar atento as expressões das crianças para que assim possa perceber que a criança tem habilidades de mexer com todos os fatos, de imaginar, fantasiar e criar, além disso, apresentam uma percepção de mundo que descentraliza a ordem dos acontecimentos. Por isso é interessante conhecer a criança, analisá-la em todos os

sentidos, mas não com o intuito de deter suas manifestações e sim de auxiliá-la a desenvolver-se cada vez mais e melhor.

Conforme as mudanças que ocorreram na sociedade, começam a existir discussões sobre a criação de creches que surgiram com caráter assistencialista, na intenção de oferecer cuidados sem que houvesse educação. As instituições referentes ao atendimento de crianças pequenas surgiram na primeira metade do século XIX, em muitos países. A primeira instituição foi implantada na França em 1844, no Brasil passou a existir no ano de 1870, também com o intuito de permitir o ingresso da mulher no mercado de trabalho que precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar suas crianças. Não havia investimentos do Estado para a educação infantil, apenas com a Constituição de 1988 é que se concretiza a educação infantil como um dever do Estado e um direito das crianças. Segundo Dornelles (2005), quando sentiram a necessidade de instruir os/as cidadãos e cidadãs, notaram que atuando sobre as mentes dos pequenos poderiam atingir a família.

A partir da criação de creches e escolas infantis, vieram as discussões a respeito dos/das responsáveis pelo trabalho com essas crianças e também a elaboração de documentos como a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 que programou várias inovações, entre elas a educação infantil como a primeira etapa da Educação Básica destinada a creches e pré-escolas, brotaram o Referencial Curricular para Educação Infantil (RCNEI - 1998), as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI - 1998) e os Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil (PNQEI – 2006) entre outros, a fim de garantir um melhor atendimento aos/ as pequenos (as).

A escola da educação infantil deve ser um espaço onde as crianças possam interagir de maneiras diversas através de atividades. Esse espaço precisa fazer com que as crianças possam sentir-se a vontade para criar, imaginar, interagir com as diferenças e, principalmente, a escola precisa ser um ambiente que produza identidades e respeito. Esse é o grande papel da escola e dos/das educadores, produzir identidades, que deve ser realizado de maneira eficiente e não preconceituosa. Segundo Kramer (1999) a criança da educação infantil é um ser que tem e produz história, que pode transformar o meio onde vive. O/A professor (a) necessita manter um olhar crítico e reflexivo diante dos acontecimentos em sala de aula para não produzir mais desigualdades, devem estar atentos para não educarem de maneiras distintas os meninos e meninas, pois as crianças questionam e dependendo da atuação do/da docente a

resposta será a disseminação de preconceito entre as identidades de gênero. Quando devem causar a apreciação da diversidade que constitui o nosso país.

3. Gênero na Educação

Nossa trajetória de vida é marcada por muitos acontecimentos históricos, sociais, culturais e políticos. A cada dia transformamos o meio onde vivemos a partir dos nossos atos. Através das lutas pelos direitos sociais de igualdade passamos a perceber novas visões a respeito da questão de gênero, porém ainda permanece em algumas pessoas o olhar preconceituoso e ignorante sobre a equidade de gênero entendida aqui como a igualdade, o respeito entre homens e mulheres. Segundo Sayão e Bock (2002), o termo gênero passou a ser usado nos fins dos anos 70, com a luta do movimento feminista pela igualdade dos direitos entre os gêneros a fim de que se perceba que as desigualdades entre os gêneros parte do peso que a cultura exerce sobre nós. Conforme Sayão e Bock (2002), as relações de gênero são referentes aos predicados que a sociedade e a cultura determinam para o feminino e o masculino, levando em conta que a diferença biológica é apenas o ponto inicial para se construir socialmente os papéis de homens e mulheres no meio social.

De acordo com o RCNEI (1998), as questões de gênero estão relacionadas com as características biológicas do feminino e masculino sendo construída na interação com a família, a sociedade. Pois, ainda no ventre há, por parte dos familiares, manifestações curiosas e desejos referentes ao sexo do bebê. A partir desse ponto criam-se perspectivas diferentes para o futuro do/da pequeno (a), segundo o perfil de homem e mulher que é vivenciado na sociedade. Lançam, dessa forma, valores, determinam comportamentos, estabelecem regras que meninos e meninas devem seguir desde a cor da roupa, ao brinquedo, as amizades. Essa questão está totalmente ligada à construção da identidade do ser humano, que de acordo com Hall (2006) não é biológica, mas sim histórica construída junto à transformação constante da sociedade.

É através da interação com outras pessoas que as crianças constroem seus conhecimentos, na maioria das vezes, estereotipados do que é ser homem e ser mulher, constroem dessa forma sua identidade de pertencimento ao gênero masculino ou feminino. Nesse contexto a escola surge como o lugar onde esses conhecimentos poderão ser aprimorados e desmistificados. Dessa maneira o/a educador (a) necessitará perceber a heterogeneidade presente em sala de aula intencionando um trabalho que promova vantagens entre os gêneros. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais de Orientação Sexual

(2001), desde cedo somos ensinados a como nos comportarmos, como deve agir um menino, uma menina, um homem, uma mulher. Essa modelagem exercida sobre nós influencia no desenvolvimento da sexualidade e no convívio em sociedade. A sexualidade é uma construção histórica, “[...] a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem “verdades”.” (LOURO, 2007, p. 11 – 12)

A sexualidade própria de cada pessoa, a meiguice, carinhos, carências, os afetos, impulsos sexuais, socialização, agressividade, a forma cortez ou grotesca de se comunicar com os outros, a colocação da voz através do seu timbre, tonalidade e velocidade, o nível de simpatia ou antipatia, a maneira de se vestir e se produzir, o grau de inibição e a capacidade de atrair o outro, as preferências sexuais, desejos, fantasias, as manifestações da excitação do corpo, etc., caracterizam o que chamamos de sexualidade. (MEIRA apud DANTAS e MEIRELES 2009, p. 85)

Entendemos que o desenvolvimento da sexualidade está inteiramente ligado as questões de gênero, pois ao determinar como devem ser os comportamentos femininos e masculinos estaremos, muitas vezes, repreendendo atos que um ou outro não manifesta por não estar de acordo com a norma estabelecida pelo grupo. Assim a sexualidade faz parte do nosso cotidiano, das nossas atitudes, das relações pessoais, sofre influência dos fatores que nos constrói. Dessa maneira ela vem a se manifestar de formas diferentes em cada um, pois a diversidade é explícita.

Tanto o RCNEI quanto os PCN’s abordam a questão da sexualidade e relações de gênero que o/a professor (a) deverá ter conhecimento para que possa auxiliar da melhor maneira no desenvolvimento das crianças. “Diferenças entre homens e mulheres existem, mas não devem implicar desigualdades ou desvalorização das qualidades e contribuições femininas, como a maternidade e o cuidado das crianças, idosos, e doentes carentes.”. (CARVALHO, 2000, p. 18) A autora ainda afirma que as relações de gênero é “uma questão de educação”, pois desde a educação infantil as crianças são colocadas diante de brincadeiras excludentes e sexistas, devido aos estereótipos que o/a educador (a) traz consigo.

De certo, assim como outros temas, as relações de gênero devem ser trabalhadas no ambiente escolar, mas enquanto muitos (as) profissionais da educação não mudarem ou procurarem se informar sobre essa questão, em qual ponto de vista e intencionalidade explorará esse assunto? No de contribuir para as desigualdades ou promover conhecimento e vantagens nas diferenças? Isso dependerá da intenção de quem assume a função de auxiliar o desenvolvimento da aprendizagem no propósito de incluir a diferença em grupo misto e não de separar meninos X meninas. Segundo Souza e Carvalho (2003), o/a professor (a) deve

tentar se livrar das atitudes sexistas que muitas vezes exercita em sala de aula, essas atitudes podem ser entendidas como expressões que favorece um gênero em detrimento de outro.

De acordo com os PCN's (2001) explorar esse tema em sala de aula deve ter em mente a intenção de discutir os padrões determinados social e culturalmente para homens e mulheres, destacando ideias de transformação de normas rígidas que muitos (as) ainda pensam ser imutáveis. Com base nisto, o/a educador (a) precisará estudar sobre a questão de gênero, analisando reflexivamente os materiais por ele/ela consultados, a fim de apresentar e incentivar a percepção dos/das seus/suas alunos (as) sobre as regras que são apontadas para meninos e meninas, alertando-os/as sobre a flexibilidade do ser humano, ou seja, “apontando para a imensa diversidade dos jeitos de ser.” (PCN's, 2001, p. 145)

É explícita a importância que tem a presença do/da professor (a) diante das manifestações de curiosidades dos/das pequenos (as), mais relevante ainda é sua posição esclarecedora frente a estas expressões que surgem em sala de aula. Essa posição não se resume a castigos, mas sim é aberta a curtas explicações sobre o que pode ou não pode, onde e quando pode isso diante da exploração do corpo da criança em momentos não adequados. O/ A educador (a) deve deixar de lado os preconceitos e procurar favorecer o desenvolvimento de suas crianças de forma saudável, pode até ser difícil se considerarmos que o desenvolvimento da sexualidade das crianças se dará de acordo com o desenvolvimento que teve seu/sua educador (a), pois se considerar a sexualidade como um tabu, infelizmente, não proporcionará uma educação, sem repressões, sem traumas, sobre o corpo da criança.

4. Metodologia

Com base nos objetivos almejados para a concretização desta pesquisa acerca das considerações enfatizadas, por educadores (as) da escola campo de pesquisa, relacionadas às questões de gênero e as manifestações da sexualidade no ambiente escolar, realizamos inicialmente, observações em sala de aula, no período de agosto a novembro de 2011, durante o turno tarde, Escola Sonho de Criança – ESC, localizada no município de Remígio, como já mencionado, apresentando o corpo docente composto apenas por mulheres. Posterior as observações, aplicamos um questionário abarcando perguntas voltadas ao interesse de investigação em que as participantes mencionaram seus atos e conhecimentos sobre gênero e sexualidade na escola. As respostas advindas deste questionário foram confrontadas com as observações realizadas. As questões aplicadas foram as seguintes:

Nome:

Local de Trabalho:

Tempo de Atuação:

Formação:

1. O que você entende por sexualidade?
2. Como você reage diante das expressões da sexualidade infantil em sala de aula?
3. A sexualidade está ligada a identidade de gênero. Com isso, como você organiza as filas de alunos (as)?
 Uma fila mista.
 Uma fila de meninos e outra fila de meninas.
 Não tem fila.
4. Com relação às brincadeiras entre as crianças, como você atua?
 Deixa as crianças brincarem livremente.
 Separa o grupo das meninas e o grupo dos meninos, devido o fato de que as brincadeiras das meninas são mais “sensíveis” e a dos meninos são mais “violentas”.
 Intervém ao ver meninas brincando de carro e bola e meninos brincando de boneca.
5. Qual sua opinião a respeito de meninos e meninas brincarem juntos com o mesmo brinquedo ou brincadeira?

5. Resultados

Ao ter em mãos o questionário, apenas uma professora expôs sua dúvida, indagando relação entre sexualidade e as crianças em sala de aula. Devido a essa questão, explanamos algumas considerações referentes à sexualidade, como algo inerente a vida humana, presente desde o nascimento até a morte, busca por satisfações. Notamos a insegurança em falar a respeito do assunto, a necessidade de estudos sobre o tema. Verificamos nas respostas das educadoras a ligação que fazem da sexualidade as características biológicas que apresentam o homem e a mulher, bem como as preferências e atividades sexuais. Averiguamos assim que, apesar de já possuírem ou estarem passando por uma formação superior ainda prevalece um conceito, a respeito da sexualidade, ligado ao que se costuma ter no senso comum, ou seja, que procurar conhecer sobre esse aspecto é motivo de envergonhice, pois por relacionarem a sexualidade com a relação sexual, muitas pessoas consideram que as crianças podem estar querendo saber demais sobre o que ainda não interessa. Sabemos da necessidade que há em obter uma formação, ou melhor, conhecer pelo menos um pouco sobre as tantas questões que se manifestam em sala de aula.

As professoras em análise de sua prática pedagógica não trabalham as questões de gênero, visando atividades machistas quando separam os brinquedos, de meninas e meninos, quando destacam grupos de meninas e meninos, inculcando na mente infantil que menina brinca com menina, e menino brinca com menino; quando dão continuidade na bobagem de que rosa é de menina e azul de menino, isso percebemos, explicitamente, na ornamentação da sala, no momento em que as professoras irão escolher materiais, como EVA, para confeccionar lembrancinhas para as crianças, separando a cor rosa para as meninas e a cor azul para os meninos dividindo, implicitamente, o mundo entre o frágil e o forte.

Constatamos o silenciamento que muitas professoras fazem com as manifestações das crianças. Na turma do Infantil V, um acontecimento que merece destaque, foi o momento em que um menino estava conversando com outro e disse que homem tem “pimba”, ao ouvir a conversa a professora perguntou várias vezes ao menino o que era isso, com a intenção de envergonhar-lo e conseguiu. Outro acontecimento que merece destaque foi na turma do 1º ano, quando um menino riscou a imagem do corpo humano feminino e masculino, nua, em um livro da escola. A professora pegou o livro e apresentou a turma perguntando se alguém queria saber algo relacionado ao corpo humano, caso alguém quisesse saber perguntasse aos pais e/ou a educadora, mas isso já era uma pergunta, pois as dúvidas das crianças aparecem também de maneira implícita, nem sempre são expostas através de perguntas. A docente poderia ter trabalhado de forma intencional esse tema, já que percebeu certa expressão da criança. Desse modo iria proporcionar novos conhecimentos mediando uma reestruturação de conceitos que as crianças já possuem em mente, ou seja, iria ocorrer a produção de algo novo no desenvolvimento mental das crianças.

Vimos que a separação de gênero ocorre em algumas salas de aula, como já mencionado, aparecem em cartazes de meninas e meninos ou nas filas que se organizam para entrarem ou saírem do ambiente escolar. O argumento é que os meninos são mais impulsivos, empurram na fila e podem machucar as meninas. Além disso, presenciamos as constantes comparações entre o grupo das meninas e o grupo dos meninos, porque as meninas são mais obedientes, algumas, pois outras apresentam comportamentos semelhantes a dos meninos até nas brincadeiras, conforme algumas educadoras.

No dia-a-dia escolar, é comum a segregação entre os sexos na formação de filas, nas tarefas e esportes, reforçando a diferença entre alunos e alunas e aumentando a competição sexista. Uma consequência negativa é a transformação de qualidades em defeitos quando se referem às meninas, como a tranquilidade e a organização, enquanto os meninos são vistos como naturalmente barulhentos e criativos. A

dinâmica da sala de aula, com meninas bem comportadas e meninos agitados, é considerada normal pela professora ou professor. (SOUZA e CARVALHO 2003, p. 14)

O/A professor (a) visando à formação de um ser reflexivo, que compreenda a diversidade, pode buscar novas fontes a fim de melhorar sua prática em sala de aula, tentando promover uma educação não sexista sem transformar as diferenças em desigualdades, seja social, étnicas ou de gênero. Observamos ainda que, na hora do recreio que, as docentes não intervêm nas brincadeiras a não ser quando alguém machuca outro. A questão da vigilância sempre está presente, as professoras estão sempre observando o intervalo para o caso de precisar intervir em algum acontecimento relacionado à violência, não interferem nas brincadeiras, apenas comentam entre si sobre as escolhas das brincadeiras considerando-as muito violentas, são as brincadeiras preferidas: super heróis e heroínas e cangaceiros e cangaceiras.

Apesar dessa soltura relacionada à livre escolha de brinquedos e brincadeiras e a junção de meninas e meninos nas brincadeiras, é preciso que os/as educadores e (as) também se libertem de visões estereotipadas que carregam acerca das relações de equidade de gênero, pois, mesmo sabendo da capacidade e dos avanços femininos na sociedade, muitas mulheres ainda contribuem para uma educação sexista. É necessário que se procure subsídios teóricos para que ocorra uma mudança no conhecimento e na prática escolar. Não posso ser professor (a) se não percebo cada vez melhor que, por não ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. [...] Sou professor (a) a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação [...]. (FREIRE, 2002, p. 115)

É importante ter conhecimento sobre a sexualidade e relações de gênero para que a nossa visão preconceituosa não deforme o desenvolvimento infantil. A postura do/da educador (a) diante dos acontecimentos em sala de aula relacionados a esses temas é de grande importância, sua posição diante das curiosidades das crianças não deve se resumir a castigos ou se colocar como neutra, pois sabemos que essa posição não existe com clareza, mas deve atender, com curtas explicações, as expressões das crianças.

6. Considerações

É de grande importância e responsabilidade o trabalho de um/uma professor (a), pois é preciso que saiba articular os vários saberes com que terá contato, almejando a produção de respeito e eliminação de estereótipos e preconceitos. Para tanto, faz-se necessário que busque sempre uma nova postura, estudos atualizados e, principalmente, atuar em sala de aula de maneira a contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária. A atuação docente em sala de aula deve ocorrer de modo a desmistificar visões preconceituosas, confrontar

ideias, a produzir conhecimentos através daqueles que as crianças já trazem consigo, para que possa ter como resultado seres capazes de conviver com a diversidade, de compreender que cada um tem suas especificidades, por isso não devem e nem merecem serem impossibilitados de exercerem as atividades que escolherem.

7. Referências

ANGOTTI, Maristela. **Educação infantil: para que, para quem e por quê?** Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil.** Brasília, MEC/SEF, 1998. V. 01.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Lei nº 9.394/96:** lei de diretrizes e bases da educação. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** pluralidade cultural e orientação sexual. – 3. ed. Brasília: A Secretaria, 2001.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Introdução á questão das relações de gênero na educação. In: **Consciência de gênero na escola.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2000.

DANTAS, Natasha Farias e MEIRELES, Ana Karina Soares. Sexualidade infantil: expressão do pensamento e de sentimentos. In: MELO, Glória Maria Leitão de Souza et al. (Orgs.). **Ser criança:** repensando o lugar da criança na educação infantil. Campina Grande: EDUEPB, 2009.

DORNELLES, Leni Vieira. Inventando Infâncias. In: **Infâncias que nos escapam:** da criança na rua à criança *cyber*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

KRAMER, Sônia. O papel social da educação infantil. In: **Revista textos do Brasil** – Educação para um desenvolvimento humano no Brasil - número 7. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1999.

Disponível em: <www.dc.mre.gov.br/imagens-e-textos/revista.../revista7-mat8.pdf>

Acesso em: 25/09/2011

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SAYÃO, Yara e BOCK, Sílvio Duarte. **Relações de gênero.** ed. Equipe Educa Rede, dezembro – 2002.

Disponível em: <http://www.educared.org/educa>

Acesso em: 16/11/2011

SOUZA, Valquíria Alencar de; e CARVALHO, Maria Eulina de. **Por uma educação escolar não-sexista.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.